



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

**HABEAS CORPUS Nº 0004778-77.2014.8.17.0000 (0334672-7)**

IMPETRANTE: Alessandra Antonia Alves Monteiro – OAB/PE nº 26071

PACIENTES: Sebastião Cláudio Alves da Silva e José Roberto Ferreira de Lima

RELATOR: DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ARGUMENTOS CONCRETOS. QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Verificando-se que o decreto constitutivo encontra-se devidamente fundamentado, não há que se falar em constrangimento ilegal, notadamente quando apontados de forma concreta os motivos que justificam a custódia antecipada para a garantia da ordem pública.

2. Conforme reiterada jurisprudência, considera-se idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na quantidade de drogas apreendidas, quando esse fato constitui indício suficiente de que o agente faz do tráfico de entorpecentes o seu meio de vida, a revelar receio concreto de reiteração delitiva. Precedentes STJ.

3. Ordem denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0004778-77.2014.8.17.0000 (0334672-7), em que figuram como partes as acima



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

**HABEAS CORPUS Nº 0004778-77.2014.8.17.0000 (0334672-7)**

**IMPETRANTE:** Alessandra Antonia Alves Monteiro – OAB/PE nº 26071

**PACIENTES:** Sebastião Cláudio Alves da Silva e José Roberto Ferreira de Lima

**RELATOR:** DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

A advogada Alessandra Antonia Alves Monteiro – OAB/PE nº 26071 impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de **Sebastião Cláudio Alves da Silva e José Roberto Ferreira de Lima**, apontando como autoridade coatora a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Afogados da Ingazeira/PE, juízo perante o qual os pacientes respondem ao processo de NPU 0000637-73.2014.8.17.0110.

Noticia a impetrante que os pacientes foram presos em flagrante delito, em virtude do suposto cometimento dos crimes de tráfico e associação para o tráfico, tipificados nos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, tendo sido a prisão em flagrante delito convertida em preventiva.

Alega a impetrante, porém, que o decreto de prisão preventiva carece de fundamentação, limitando-se a argumentos genéricos e ilações abstratas acerca da gravidade do delito, os quais não se prestam para justificar a manutenção da custódia cautelar dos pacientes.

Liminarmente, requereu a imediata soltura dos pacientes, até a decisão final do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para o fim de revogar o decreto de prisão preventiva.

A inicial veio instruída com cópias do auto de prisão em flagrante delito e da decisão apontada como ilegal (fls. 08/26).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

Em decisão interlocutória proferida às fls. 36/37, foi indeferido o pedido de medida liminar, solicitando-se informações à autoridade apontada como coatora, que as prestou por meio do ofício de fl. 44, acompanhado dos documentos de fls. 44v/58v.

Com vista dos autos, a douta Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pela denegação da ordem (fls. 62/63v).

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Como visto, a presente ordem de *habeas corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelos pacientes, sob a alegação de que os mesmos sofrem coação ilegal em suas liberdades de locomoção, porquanto a decisão que lhes decretou a prisão preventiva carece de fundamentação idônea.

Vejamos.

Inferre-se da documentação acostada que no dia 19 de abril do ano em curso, o serviço velado da polícia militar recebeu uma denúncia anônima informando que na cidade de Tabira/PE, *“tinha parado uma caminhonete prata, de cabine dupla, em frente à casa do traficante conhecido por ROGÉRIO, e que um dos ocupantes do referido veículo tinha entrado na residência do traficante ROGÉRIO, e saído com um pacote, informando ainda que o referido veículo tinha feito deslocamento para a cidade de Afogados da Ingazeira/PE”*.

Diante dessas informações, policiais se deslocaram até a entrada da cidade de Afogados da Ingazeira, na PE-320, onde fizeram um bloqueio, oportunidade em que avistaram uma caminhonete prata se aproximando, exatamente com as mesmas características descritas na denúncia anônima, a qual estava sendo conduzida pelo paciente José Roberto Ferreira de Lima, estando como passageiro o paciente Sebastião Cláudio Alves da Silva.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

Consta, também, que os policiais abordaram o veículo e, ao realizarem uma busca, *"encontraram embaixo do banco uma quantidade de pasta base de cocaína (380 gramas), e cocaína pronta para o consumo (30 gramas), como também encontraram em poder de JOSÉ ROBERTO, especificamente em seu bolso, a quantia de R\$2.197,00 (dois mil, cento e noventa e sete reais)"*.

Verifica-se, ainda, que o paciente Sebastião Cláudio confessou a propriedade das drogas apreendidas (fl. 49), silenciando quando questionado acerca da origem do entorpecente. José Roberto, por sua vez, reservou-se no direito de permanecer calado (fl. 49v).

Em razão desses fatos, foram os pacientes autuados em flagrante delito. Ao ser comunicada pela autoridade policial, a Juíza plantonista converteu a prisão em flagrante delito em custódia preventiva através de decisão fundamentada na garantia da ordem pública, destacando que a periculosidade dos agentes restou evidenciada pelo *modus operandi* e, também, pela quantidade de drogas apreendidas.

Confira-se trecho da referida decisão:

*"[...] No caso em apreço, há prova da materialidade e indícios da autoria, ante o laudo de constatação de fls. , e o reconhecimento pelo autuado **JOSÉ ROBERTO FERREIRA DE LIMA** em seu interrogatório na Delegacia, além dos depoimentos testemunhais. Há de se salientar a quantidade da droga apreendida: 380 gramas de pasta base de cocaína e aproximadamente 30 gramas de cocaína pronta para o consumo.*

*A conversão do flagrante em preventiva se justifica, no caso em análise, para garantir a ordem pública porque os acusados, no modo de agir, demonstram alta periculosidade.*

*[...]*

*Vale lembrar, a primariedade, os bons antecedentes, profissão, e residência fixa e definida, tais argumentos hão de ser considerados em seu favor no momento de uma hipotética*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

*condenação. Todavia, não podem servir, jamais, de óbice à sua prévia constrição física, uma vez estando presentes os pressupostos legais.*

*[...]*

*Por tudo o quanto foi argumentado, a liberdade dos autuados constitui um estímulo à reiteração delitiva. O judiciário deve dar respostas rápidas à sociedade que não tolera fatos como os narrados nos autos, sob pena da credibilidade da Justiça ficar seriamente abalada.*

*Finalmente, há que ser dito, a segregação provisória, como medida de garantia acautelatória, está sempre posta à disposição de ulterior atividade jurisdicional e, como é assente na doutrina e jurisprudência, não tem o desiderato de fazer justiça, mas dar tempo a que a justiça seja feita.*

***ANTE EXPOSTO**, converto a prisão em flagrante de **SEBASTIÃO CLÁUDIO ALVES DA SILVA** e **JOSÉ ROBERTO FERREIRA DE LIMA**, qualificados nos autos, em prisão preventiva, tudo com fundamento nos arts. 310, inciso II e 312, ambos do CPP, notadamente, garantia da ordem pública. [...]" (fls. 52v/54v – grifos do original)*

Saliente-se, de logo, que embora a Juíza tenha citado o paciente José Roberto como o agente que reconheceu prática delitiva, na verdade, como dito acima, quem confessou a propriedade da droga foi Sebastião Cláudio, enquanto José Roberto reservou-se no direito de ficar calado.

Nada obstante, tal equívoco em nada compromete a decreto preventivo em questão, porquanto, como se percebe do trecho acima transcrito, a custódia cautelar dos pacientes foi determinada com fundamento na garantia da ordem pública, baseada em dados concretos e em observância às peculiaridades do fato criminoso.

Inclusive, posteriormente, foram realizados pedidos de liberdade provisória em favor dos pacientes, os quais, após parecer desfavorável do *Parquet*,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

restaram indeferidos pela Juíza *a quo*, em razão da permanência dos motivos que ensejaram o encarceramento (fls. 55/58v).

Nesse contexto, vale ressaltar que, como é de conhecimento geral, o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos delituosos, mas também, segundo entendimentos, de acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e de sua repercussão.

*In casu*, conforme consta expressamente na decisão atacada, o modo de agir dos acusados, aliado à quantidade de drogas apreendidas, além do valor em espécie encontrado, detona a alta periculosidade dos agentes.

Percebe-se, outrossim, que os pacientes transportavam a droga entre municípios do Sertão pernambucano, havendo indícios de que o entorpecente teria sido adquirido junto a um conhecido traficante da cidade de Tabira e estava sendo levado para Afogados da Ingazeira.

Nesse contexto, a quantidade de drogas apreendidas – **380g de pasta base de cocaína, além de 30g de cocaína pronta para o consumo**, configura indício suficiente de que os pacientes fazem do tráfico de entorpecentes o seu meio de vida, ainda mais diante da expressiva quantia em espécie encontrada no bolso de um deles (R\$ 2.197,00), a demonstrar concreta possibilidade de reiteração delitiva, evidenciando a efetiva necessidade da custódia cautelar para resguardar a ordem pública.

A respeito do tema, assim tem decidido Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

*“[...] Jurisprudência firme desta Corte Superior considera idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na natureza e na quantidade de drogas apreendidas, caso esse fato constitua indício suficiente de que o agente faz do tráfico de entorpecentes o seu meio de vida, a revelar receio concreto de reiteração delitiva. [...]”*. (HC 291.177/SP, Rel.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em  
03/06/2014, DJe 11/06/2014)

Portanto, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, motivando a autoridade impetrada a sua decisão em um dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, qual seja, a garantia da ordem pública, a manutenção da custódia cautelar dos pacientes é medida que se impõe.

Comungando do entendimento acima exposto, assim se manifestou a ilustre Procuradora de Justiça, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, no parecer de fls. 52/63v:

*"[...] Vê-se, portanto, que a decisão hostilizada subsume os fatos à lei, reconhecendo presentes os motivos ensejadores do carcer da custodiam. Nesse contexto, a conduta dos pacientes constitui situação tutelada pela lei processual a determinar a sua prisão cautelar pelo fundamento da ordem pública. [...]"*

Destaque-se, por fim, que ao indeferir o pleito de revogação da preventiva com relação a Sebastião Cláudio (fls.58/58v), a Magistrada de piso consignou que o mesmo *"fora condenado por sentença transitada em julgado"*, *"tendo respondido a vários processos"* naquela mesma Comarca de Afogados da Ingazeira, *"inclusive por tráfico de drogas"*.

Ante o exposto, inexistindo constrangimento ilegal a ser reparado, em consonância com o posicionamento ministerial, **denego a ordem**.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator